

**CONTRATO DE SERVIÇOS ESPECIAIS Nº BRA 10-34426**

**UNIDADE/AGÊNCIA: PROJETO BRA/14/G32**

**PRODUTO I**

**PROPOSTA METODOLÓGICA DE PESQUISA, INDICANDO  
FONTES A SEREM CONSULTADAS E CRONOGRAMA  
DETALHADO PARA O DESENVOLVIMENTO DO  
DIAGNÓSTICO**

**Consultor: Silvio Rocha Sant'Ana**

**Brasília/DF - Julho - 2016**

## 1. Antecedentes

Este Relatório corresponde ao atendimento do primeiro Produto 1 previsto pelo contrato nº BRA10-34426 acima referido. Estabelece, segundo a demanda dos Termos de Referência, a metodologia dos trabalhos a serem realizados bem como um plano operativo do mesmo.

Para iniciar a atividade, se propõe a realização de uma pequena oficina de planejamento com os vários atores envolvidos no Projeto para consolidar a agenda de trabalho conjunta para os próximos doze meses

Ademais, este Relatório é também um documento que se submete aos gestores do Projeto a fim de permitir a harmonização destes trabalhos com os de outros consultores contratados pelo Projeto.

## 2. Proposta de Implementação da Consultoria

O trabalho a ser realizado cobre duas áreas institucionalmente autônomas, mas que no âmbito do projeto de cooperação técnica se relacionam operacionalmente sendo: (i) políticas e instrumentos financeiros destinados ao fomento do manejo sustentável das terras (SLM-MST) o desenvolvimento rural sustentável principalmente quando associados ao combate a desertificação e ao apoio da agricultura familiar, e (ii) necessidade de fortalecimento institucional das Organizações da Sociedade Civil - OSCs (redes e movimentos sociais) para associa-las as ações de combate a desertificação e ao manejo sustentável da terra.

São objetos e objetivos distintos e que vão requerer abordagens, métodos e instrumentos de trabalho (pesquisa, diagnóstico e proposição de diretrizes) diferenciados.

Parte dele se desenvolverá como um **estudo convencional para a realização de dois diagnósticos**, sendo um relativo a tema do financiamento e outro sobre o tema da ação das organizações da sociedade civil no território do Alto Sertão Sergipe-ASS e o seu fortalecimento institucional.

Como tal requerem uma ampla revisão de literatura e a exploração das bases e fontes de dados disponíveis a respeito dos dois temas. Uma lista preliminar destas fontes se encontra anexa a este documento.

Em relação a questões de **financiamento do desenvolvimento** haverá um levantamento de dados secundários suficientes e necessários para caracterizar a estrutura e dimensão do mercado financeiro e seus desafios.

Existem bases de dados e estatísticas oficiais a respeito destes assuntos com as quais será possível indicar com bastante segurança a oferta e demanda de financiamento existente no Estado de Sergipe.

Simultaneamente por **visitas a campo** e contato com setores produtivos (principalmente da agricultura familiar) será possível obter sinalizações sobre os aspectos qualitativos de tal mercado. Atenção especial está sendo oferecida a questão da assimetria de informações e seus impactos sobre os custos das operações de crédito. Como se sabe, a assimetria, ao gerar condicionalidades, aumenta o custo das operações e provoca uma “adverse selection” que impede o acesso ao crédito.

Importa salientar que esta etapa dos estudos não pode limitar-se somente à Agricultura Familiar e aos Assentamentos de Reforma Agrária. É notório que este segmento da agricultura estadual apesar do grande número de imóveis, ocupa um território relativamente pequeno das Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD. Se médios e grandes imóveis, adotam práticas inadequadas de manejo das terras eles produzem obviamente impactos negativos muito mais acentuados que os pequenos imóveis.

Para exemplificar a importância desta abordagem, tomando em contas os dados das Contas Nacionais para o Estado de Sergipe que indicam um PIB agropecuário de quase R\$ 2 bilhões em 2013 e uma taxa de investimento próxima a 20% do PIB pode-se afirmar que o financiamento das atividades da agricultura e pecuária alcançam anualmente cerca R\$ 400 milhões, valor este muito acima de quaisquer alocações para prevenção ou combate a desertificação.

É também importante ter em conta que estes segmentos produtivos do Estado, estão inter-relacionados com os demais setores de atividade econômica (comércio, indústria) e com suas vinculações com os espaços urbanos. Por óbvio esta conexões podem significar incentivos ou desincentivos à praticas de LSM-MST e de CD e portanto deverão ser examinadas ainda que sucintamente..

Nesta **primeira etapa dos trabalhos sobre financiamento** pretende-se então obter - com apoio das autoridades locais e estaduais – um diagnóstico que demonstre e avalie os vários aspectos e dimensões do mercado de financiamento bem como desafios e oportunidades para melhorar e ampliar a oferta dos mesmos, principalmente para atender (ou induzir) ações de LSM-MST.

Este diagnóstico será discutido com os parceiros e a partir daí serão desenhados e explorados indicativos para o desenho de novos instrumentos, incentivos e políticas de fomento a utilização de práticas de LSM.

Quanto ao **segundo grande objetivo**, o **fortalecimento institucional das OSCs**, se realizará também um diagnóstico da situação atual e potencial deste segmento baseado em dados secundários (IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, IBGE, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle – Ex-CGU). Este primeiro exercício permitira conhecer com mais detalhe as entidades e as características econômicas e financeiras das mesmas.

Adicionalmente o consultor pretende realizar em campo um cadastro sumario e mais específico de entidades já operando nos temas e práticas de SLM e CD bem como outras OSCs que, potencialmente poderiam vir agregar-se ao esforço colaborativo.

Da mesma maneira serão examinados os aspectos e os temas de financiamento das OSCs atuantes na promoção do desenvolvimento sustentável do Território do ASS, de forma a identificar políticas atuais. Se espera obter material necessário e suficiente para que, na segunda etapa do trabalho, se possa estimar a demanda de financiamento (todos recursos) e identificar, preliminarmente prováveis financiadores.

O consultor deverá fazer extensivo uso das bases de dados e informações federais estaduais e mesmo municipais (onde houver) para que se formule um diagnóstico atual e consistente da realidade tanto dos órgãos estaduais quanto das OSCs que deverão ser envolvidas nos processos.

As questões de regulação (e legislação) serão parte significativa deste trabalho na medida em que a intersetorialidade e a cooperação entre instituições governamentais de da sociedade se realizarão sempre dentro de quadros, normativos e de legislação adequadas para tanto. E a este respeito se sabe que existem muitas dificuldades derivadas da insegurança jurídica que preside tais relacionamentos.

A busca de informações para o estabelecimento de cenários será também parte deste esforço preliminar. Neste sentido o desenho de cenários, junto aos principais atores sociais (e institucionais) se preocupará principalmente com as dimensões de intersetorialidade dos processos de combate a desertificação e a busca da sustentabilidade.

O envolvimento dos atores em todas as etapas da Consultoria é essencial na medida em que, nas fases posteriores de implementação dos projetos e dos eventuais investimentos eles serão os principais agentes facilitadores (ou não) dos processos adotados.

Neste processo de interlocução, oitivas e diálogos, além dos contatos em Brasília com o Ministério do Meio Ambiente - MMA e órgãos setoriais envolvidos com o Projeto, serão necessárias viagens a campo (no Território do ASS), na capital do Estado, em Recife/PE (contato com órgãos e entidades vinculados ao projeto).

Dada a importância dos agentes financeiros estatais será necessária visita a sede do Banco do Nordeste - BNB (em Fortaleza/CE) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Nestes dois últimos se examinará tanto as possibilidades operacionais de linhas de crédito convencionais quanto de financiamentos do FUNDECI/BNB e do Fundo Social do BNDES. Se buscará - nestes contatos – estabelecer ou fortalecer as conexões entre os vários setores institucionais e os agentes sociais e econômicos relevantes.

Este conjunto de atividades produzirá material para um diagnóstico que permitirá a realização do segundo produto previsto, ou seja, um relatório de avaliação com as principais descobertas e suas implicações. Esta avaliação será apreciada e

legitimada em reuniões presenciais (setoriais e multisetoriais) com os principais atores envolvidos nos processos estaduais.

Com tudo isto será possível especificar uma análise institucional que qualifique a situação atual, o potencial e as limitações dos atores, bem como sugestões preliminares de ações a serem tomadas.

Da mesma forma, as ideias e iniciativas de superação, mapeadas na fase inicial de diagnóstico e durante as avaliações serão aprofundadas e confrontadas com as visões derivadas desta segunda etapa.

A sistematização destes dois tipos de informação vai permitir apresentar aos responsáveis pelo Projeto uma primeira visão da situação atual e potencial do setor para inserir-se em uma política estadual como a prevista pelo Programa. Deverá ser realizada (em Sergipe) pelo menos uma Oficina para socializar o resultado preliminar destes estudos e realizar a oitiva de parceiros para capturar novas contribuições para o enriquecimento do estudo,

A partir dos dois diagnósticos (de financiamento e de situação das OSCs) serão estabelecidas as diretrizes para o aprofundamento dos trabalhos.

Para tanto se pretende desenhar – ainda que sumariamente – cenários prováveis relacionados com o desenvolvimento sustentável do Estado. Isto se fará por consulta a informantes selecionados entre representantes dos vários segmentos econômicos da região do Alto Sertão e do Estado. Tais cenários servirão para sinalizar e parametrizar caminhos possíveis de atingimento de objetivos e metas de SLM e CD.

A partir destes elementos e os coletados na primeira fase (de diagnóstico) será possível avaliar criticamente mecanismos financeiros existentes e explorar novos caminhos para o financiamento do desenvolvimento.

Da mesma maneira, em contato permanente com as OSCs, se buscará construir um documento de diretrizes para um Plano Estadual de Fortalecimento das OSCs que incorpore tanto mecanismos de fomento às atividades desenvolvidas pelas OSCs quanto de contribuições para a criação de bases e condições materiais para a estruturação de entidades institucionalmente estáveis e sólidas.

Se deseja com isto que elas melhorem suas capacidades de, com maior eficiência e eficácia, contribuir para o desenvolvimento sustentável do Território do ASS, o Combate a Desertificação e o Manejo Sustentável da Terra no Estado trabalhando em cooperação com os demais agentes institucionais (governo e setor privado).

Na conclusão desta segunda fase se disporá de estimativas das demandas financeiras dos vários segmentos e na identificação de instrumentos e mecanismos possíveis de financiamento destas demandas.

**A terceira e última fase do trabalho** especificará em detalhes as sugestões quanto aos instrumentos e mecanismos a serem utilizados para ampliar o CD e a capacidade do Estado e de seus agentes econômicos e sociais em implementar práticas de SLM.

Estas sugestões, diretrizes e recomendações não se limitarão aos instrumentos e mecanismos de políticas locais ou Estaduais, mas devem abranger aspectos da política federal a respeito destes temas e de novos incentivos que venham a ser acordados.

Para ambos os objetos (financiamento do desenvolvimento em geral e fortalecimento institucional das OSCs) o consultor dedicará especial atenção para identificar e sugerir a superação dos desafios ou problemas eventuais.

Buscará identificar e propor inovações e novos mecanismos e instrumentos de financiamento, incluindo o uso de incentivos fiscais (tanto de âmbito federal quanto subnacional), bem como propostas de redução de custos burocráticos e de “compliance” incorridos pelas organizações.

Estas dimensões e propostas estarão associadas com as iniciativas da sociedade civil e de setores do governo federal para a criação de um novo Marco Regulatório para as OSCs quem, em sua segunda etapa, deverá lidar exatamente com as questões da carga tributária incidente sobre as OSCs e a busca de mecanismos federais de incentivos fiscais.

O esforço a realizar-se para o Estado de Sergipe no que se refere a eventuais incentivos fiscais estaduais será referência para os demais estados brasileiros.

Este aspecto é ainda mais relevante para o caso das OSCs onde se buscará desenhar mecanismos que possam contribuir ao fortalecimento institucional das entidades principalmente pelo fomento da sustentabilidade econômico-financeira das mesmas.

Todos estes elementos constarão de um Relatório Final que será submetido à Direção do Projeto e, se julgado conveniente e oportuno pelo contratante, apresentado e discutido com os participantes das etapas anteriores.

Assim sendo, de forma resumida, serão apresentados os seguintes Produtos e respectivas atividades:

## **PRODUTO 2: PRODUÇÃO DE 02 (DOIS) DIAGNÓSTICOS (EM BASE DADOS SECUNDÁRIOS)**

### P2.1 - Diagnóstico sobre a Situação Atual de Financiamento no Estado de Sergipe.

#### **Atividades:**

A.1 - Levantamento de informações para identificar as Instituições Financeiras públicas e/ou privadas e quais os instrumentos jurídicos possíveis, grau de

comprometimento na sua missão com o desenvolvimento sustentável do público-alvo no meio rural e em municípios do ASS e das ASD;

A.2 - Realizar as visitas para mapear e conhecer os processos de atuação e identificar potencialidades e possíveis gargalos (BNDES, BNB e outras);

A.3 - Em cada instituição, obter informações contidas em questionário a ser elaborado, sobre o atendimento do programa e subprogramas voltados para ações de SLM.

A.4 Sistematizar os dados obtidos com vistas a analisar o estágio da Oferta atual de produtos e serviços financeiros voltados para ações de SLM, qual o público que está sendo atendido, qual a real adequação destes produtos, quais os requisitos exigidos para acessar, política de taxas de juros, prazos, reembolso, atratividade, complexidade e levantar as necessidades das instituições para atender o público-alvo do Projeto;

P2.2 - Diagnóstico sobre a Situação da OSCs com foco especial em incentivos para o fortalecimento da capacidade destas organizações para o financiamento das ações de Combate à Desertificação e de uso sustentável da terra (SLM).

**Atividades:**

A.1 - Levantamento de Informações secundárias relativas as características das OSCs do Estado e do Território do ASS;

A.2 - Realizar visita de campo (no ASS) para identificar e obter um cadastramento das OSCs direta ou indiretamente envolvidas no CD, com práticas de SLM (MST) e suas características institucionais, modelos operacionais, fontes de financiamento, demanda por recursos, e suas visões de futuro;

A.3 - Sistematização preliminar dos dados obtidos

A.4 - Compartilhamento (por meio virtual) do documento preliminar com pessoas e instituições participantes no levantamento de dados no campo;

A.5 - Preparação de Documento (Produto Final)

**PRODUTO 3. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO (PARTICIPATIVA) E CENÁRIOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS EXISTENTES E DA SITUAÇÃO E AÇÕES DAS OSCS NAS ASD - ASS**

### P3.1 - dos Instrumentos Financeiros Existentes

#### **Atividades:**

- A.1 - Sistematização dos elementos do mercado de oferta e demanda de financiamento atual e potencial para o desenvolvimento sustentável;
- A.2 – Estabelecimento de requerimentos e condições temporais, técnicas e financeiras para a adoção de práticas de CD e de SLM ;
- A.3 - Confronto dos dados sobre condições de Oferta e Demanda de Financiamento público e privado com as características e necessidades de SLM e CD considerando múltiplos cenários de médio e longo prazos (incluindo mudanças climáticas)
- A.4 - Preparação de documento contendo avaliação e formulação de diretrizes necessárias para a adequação e ajustes no mercado de financiamento
- A.5 - Consulta virtual e Sistematização Final desta seção do documento

### P3.2 - das Situação e Ações das OSCs no Território do ASS

#### **Atividades**

- A.1 – Preparação de documento preliminar contendo informações avaliativas sobre suas características operacionais (em relação ao CD e ao SLM) e estruturas econômicas financeiras das OSCs e suas demandas de financiamento;
- A.2 - Preparação de texto para discussão contendo Identificação de fontes potenciais de financiamento e eventuais ajustes nas condicionalidades dos mesmos (tendo em vista condições reais das OSCs)
- A.3 – Confronto de oferta e demanda e identificação de lacunas a serem preenchidas por um Plano de Fortalecimento Institucional das OSCs
- A.4 – Consulta Virtual e Preparação Final desta seção de Documento

### P3.3 – Preparação e entrega de Produto Final (P3 )

## **PRODUTO 4. DESENHO PRELIMINAR DE DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E SOBRE FORTALECIMENTO DAS OSCS**

### P4.1 - Sobre Instrumentos e Incentivos Financeiros

#### **Atividades**

A.1 - Preparação de Relatório contendo sugestões, diretrizes e instrumentos de financiamento bem como eventuais incentivos aos investidores;

A.2 - Disponibilização (via internet) do documento para consulta e obtenção de contribuições

A.3 - Evento virtual (via internet) de discussão do Texto proposto

A.4 - Redação de Documento Final

#### P4.2 - Sobre Plano de Fortalecimento Institucional das OSCs

##### **Atividades**

A.1 – Preparação de Documento Sistematizando contribuições anteriores e definindo um conjunto de componentes de um Plano de fortalecimento institucional e de fomento das OSCs do Estado de Sergipe, cobrindo tanto aspectos operacionais quanto de governança, gestão e de financiamento;

A.2 – Disponibilização do texto para leitura e discussão via Internet

A.3 – Oficina em Sergipe com os principais atores do processo;

#### **PRODUTO 5. AVALIAÇÃO FINAL DA ARQUITETURA DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E SUAS POTENCIALIDADES EM RELAÇÃO AO COMBATE A DESERTIFICAÇÃO E A ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE SLM COM FOCO ESPECIAL NOS INCENTIVOS PARA O FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DAS OSCS**

#### P5.1 - Documento Final (Versão Preliminar) para Discussão;

##### **Atividades**

A.1 – Preparação de Relatório

A.2 – Disseminação para consulta de parceiros em sua elaboração

A.3 – Sistematização de Contribuições recebidas

#### P5.2 – Relatório Final Consolidado

O consultor, mesmo após a conclusão de seu contrato de trabalho estará disponível durante 90 dias para, a pedido do Estado e do Projeto, negociar as propostas com todos os atores envolvidos nas fases anteriores e outros que possam vir se juntar ao longo do processo.

### 3. Cronograma de Execução

Produto	Mês de Execução											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
P1 (BSB)	X											
P2 (BSB)		X										
<i>P2 – campo</i>			X									
P3 (BSB)			X	X	X							
<i>P3 – campo</i>				X	X							
P4 (BSB)					X	X	X	X	X			
<i>P4 – campo</i>							X	X				
P5 (BSB)									X	X	X	X
<i>P5 – campo</i>										X	X	

**Nota** - Segundo os termos de referencia e detalhes desta proposta de programa de trabalho, para a realização dos produtos, serão necessárias viagens a campo tanto a Capital do Estado quanto ao Território do Alto Sertão de Sergipe.

## ANEXO

### Fontes a Serem Consultadas

- 1) IBGE**
  - a) Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - FASFIL (2002-2005-2010)
  - b) Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (anual)
  - c) Perfil de Municípios
  - d) Sistema de Contas Nacionais
    - i. Dados regionalizados
    - ii. Dados municipalizados
  
- 2) Secretaria de Governo da Procuradoria da República - PR e/ou Ministério do Planejamento**
  - a. Participa Brasil
  - b. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC
  
- 3) IPEA**
  - a. Mapa das OSCs
  - b. Estudos Específicos Sobre Transferências Federais a OSCs
  
- 4) Ministério da Fazenda**
  - a. Secretaria de Orçamento e Finanças- SOF e Secretaria do Tesouro Nacional- STN (finanças públicas)
  - b. .Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRFB - Perfil de PJ e PF; Estudos Setoriais.
  - c. SRFB – Gasto Tributário (relatórios anuais ao Congresso)
  
- 5) Banco Central do Brasil**
  - a. Sistema Financeiro Nacional
  - b. Estatísticas sobre Economia e Finanças
  
- 6) Ministério da Agricultura**
  - a. Desenvolvimento Sustentável (solo e água)
  - b. Cooperativismo e Associativismo (Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural)
  - c. Política Agrícola (credito e seguro rural, zoneamento)
  
- 7) MDS - SUAS**
  - d. Programas
  - e. Cadastro de Entidades Vinculadas
  - f. Estudos sobre ações Intersetoriais
  
- 8) Ministério da Integração Nacional**
  - a. .Fundos regionais e Incentivos
  - b. Desenvolvimento Regional
  - c. Infraestrutura Hídrica
  
- 9) Ministério do Meio Ambiente**
  - a. Desenvolvimento Rural,
  - b. Gestão Territorial e Combate a Desertificação

- c. Agencia Nacional de Água
- d. Serviço Florestal
- e. IBAMA e ICM-Bio
- f. Fundos de Clima e Fundo Nacional de Meio Ambiente

**10) Ministério da Transparência - CGU**

- a. Portal da Transparência
- b. Auditorias de Municípios

**11) ASA – AP1MC**

- a. Programas de Convivência com o SA (Semiárido?)
  - i. Cisternas domesticas e outras
  - ii. Agroecologia
  - iii. Economia e Finanças Solidárias
- b. Comissão Executiva, Grupo de Trabalho de CD
- c. Equipe do CNCD

**12) Movimentos Sindicais e Sociais**

- a. Movimento dos Trabalhadores sem Terra - .MST, Movimento de Pequenos Agricultores -.MPA, Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar-FETRAF, Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas - CONTAG
- b. Movimento de Atingidos por Barragens. - MAB
- c. Movimento Ambientalista
- d. Rede cidades sustentáveis

**13) Plataforma do Novo Marco Regulatório e Coletivos Associados**

- a. Coletivo Interreligioso-Pastorais Sociais
- b. MROSC – Plataforma do Marco Regulatório das OSCs - Articulações estaduais

## Referencias Bibliográficas Consultadas

“Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: diagnóstico, assentamentos de reforma agrária e propostas de política”. INCRA-SE”, Janeiro 2006; *Fernando Gaiger Silveira – Coordenador (IPEA e Doutorando IE-UNICAMP), Jose Juliano de Carvalho Filho (FEA-USP) et alli*

[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_territorio008.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio008.pdf)

“Manejo do Uso Sustentável da Terra no Semiárido do Nordeste Brasileiro (Sergipe)”.

Documento do Projeto: PNUD - BRA/14/G32

[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/altosertose/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/altosertose/one-community?page_num=0)

“O Alto Sertão Sergipano: Análise das Políticas de Desenvolvimento neste “Território Rural”; Carmem Lúcia Santos - Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão - Sergipe – Brasil Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal, Jan-jun 2010; <http://www.redalyc.org/html/3371/337127153004/>

A Reestruturação dos Municípios Sergipanos com Base na sua Viabilidade Econômico-Financeira. Autor: Andre Luis D. Melo, Brasília 2015

[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/518296/COR\\_Tema2\\_2Lugar\\_Andre+Luis+Dantas+Melo.pdf/069182d6-49e6-4c3a-9999-3625b22bb2e9](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/518296/COR_Tema2_2Lugar_Andre+Luis+Dantas+Melo.pdf/069182d6-49e6-4c3a-9999-3625b22bb2e9)

“Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação – PAE –SE – 2011” Ministério do Meio Ambiente – Instituto Interamericano de Apoio a Agricultura – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe [http://www.iicadesertification.org.br/attachments/category/18/pae\\_se\\_%20final.pdf](http://www.iicadesertification.org.br/attachments/category/18/pae_se_%20final.pdf)

“O Controle Social no Alto Sertão Sergipano em conjunto como Colegiado Territorial”- *Carla Alessandra da Silva Nunes, Taiane Almeida do Nascimento, Theresa Cristina Zavaris Tanezini* – São Cristóvão- 2011

<http://educonse.com.br/2011/cdroom/eixo%2013/PDF/Microsoft%20Word%20-%20O%20CONTROLE%20SOCIAL%20NO%20ALTO%20SERTAO%20SERGIPANO.pdf>

“Uma Radiografia do Gasto Público Federal entre 2001 e 2015” - TD 2191; *Sérgio Wulff Gobetti e Vinícius Lima de Almeida* - Rio de Janeiro, abril de 2016

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2191.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2191.pdf)

“Avaliação dos Efeitos Econômicos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste do Norte e do Centro-oeste: uma análise por tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional entre 1999 e 2011”; *Guilherme Mendes Resende Diego Firmino Costa da Silva Luís Abel da Silva F* – IPEA 2015

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2145.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2145.pdf)

“Financiamento da Agropecuária Brasileira no Período Recente” Walter Belik - IPEA 2015; TD 2028

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2145.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2145.pdf)

“A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010” - Mônica Mora; IPEA 2015 - TD 2022;

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td2022.pdf>